

sobre tudo

IMPACTOS SOCIAIS DO CONTEXTO PANDÊMICO NAS FAMÍLIAS E A ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO COLÉGIO DE APLICAÇÃO – UFSC

Elaine Cristina da Silva

Resumo: Este artigo procura sinalizar os principais impactos sofridos pelas famílias e estudantes no período de crise sanitária global, gerada pela pandemia do COVID-19, com base na contextualização das ações e projetos profissionais desenvolvidos pelo Setor de Serviço Social do Colégio de Aplicação a partir do ano de 2020. Para tanto, promove uma reflexão sobre as potencialidades da ação profissional, quando realizadas em favor das necessidades humanas e em consonância com uma pedagogia transformadora e emancipatória.

Palavras-chave: Impactos. Famílias. Crise Sanitária. Serviço Social. Necessidades Humanas.

Resumen: Este artículo busca señalar los principales impactos sufridos por las familias y estudiantes en el período de crisis de salud global, generado por la pandemia de COVID-19, a partir de la contextualización de acciones y proyectos profesionales desarrollados por el Sector de

Servicios Sociales del Colégio de Aplicação desde el año 2020. Por lo tanto, promueve una reflexión sobre el potencial de la acción profesional, cuando se realiza a favor de las necesidades humanas y en línea con una pedagogía transformadora y emancipadora.

Palabras-clave: Impactos. Familias. Crisis sanitaria. Servicio Social. Necesidades humanas.

Introdução

No ano de 2020 o Setor de Serviço Social do Colégio de Aplicação - CA completou 12 anos de atuação interdisciplinar dentro da escola, realizando açes socioassistenciais e socioeducativas para contribuir para as condições de acesso e permanência dos educandos. Em todos esses anos atuou diretamente com a comunidade escolar, de forma a acolher, orientar e promover o diálogo e a emancipação destes sujeitos. A porta do setor sempre esteve aberta e o trânsito era frequente, uma ida e vinda constante de demandas, trocas de experiências, saberes, suspiros e encorajamentos. Em 2020 a porta se fechou ao atendimento externo, presencial. O silêncio pairou em uma instituição que transborda vida, ecoa vozes. No entanto, nunca antes na história da instituição o setor foi tão requisitado. E mesmo estando distante, esteve presente na vida das famílias e estudantes mais afetados e impactados pela pandemia.

Neste sentido, este artigo trata-se de um relato de experiência que busca sistematizar, a partir da contextualização das ações e projetos desenvolvidos pelo Serviço Social a partir de 2020, os principais impactos sentidos pelas famílias e estudantes causados pela pandemia de COVID-19, e as estratégias adotadas pelo setor para enfrentamento desse período, de maneira a evidenciar que a educação só encontra seu real sentido quando as necessidades humanas são garantidas e são ofertadas condições de acesso que mitigam as desigualdades sociais.

Para descrever a trajetória adotada utilizou-se como referência registros pessoais da profissional (autora), internos do setor, relatos de reuniões, documentos, editais e relatórios elaborados neste período, assim como resultados do estudo socioeconômico de 2021 e das percepções coletadas nos atendimentos, acolhimentos, e-mails e contatos telefônicos com estudantes e famílias, por meio de explicações crítico-reflexivas e com suporte teórico-metodológico que embasam o projeto ético-político do Serviço Social⁴.

A experiência aqui compartilhada tem como objetivo contribuir para a reflexão do fazer profissional do Serviço Social no âmbito da educação, principalmente em contextos de crise social e sanitária, e demonstrar, a partir das evidências apresentadas, que o papel do assistente social na educação básica tem sido essencial para a garantia da permanência escolar e para a construção de práticas pedagógicas inclusivas.

Preparando o terreno

Março de 2020: escola fechada, filhos em casa, um clima de insegurança pairava no ar. “Quando voltaremos?” Portarias modificavam rotinas, formas de trabalho, planejamentos de vida. A escola precisou repensar, antes de tudo, como ofertar o acesso à educação. Sua estrutura física, antes explorada em todos os espaços, agora não poderia mais ser utilizada. Seu corpo docente e técnico-profissional, também afetado pela pandemia, precisaria se reordenar em seus processos de trabalho. O tempo passava de forma acelerada e parecia não ser suficiente para fazer tudo o que era necessário para a

⁴ Importante destacar que o sigilo profissional, preconizado nos artigos 15 e 16 do Código de Ética Profissional do Assistente Social, preserva os usuários em tudo o que o Assistente Social tome conhecimento. E foi com base nessa premissa que este estudo foi construído.

reabertura da escola em um novo formato: Atividades Pedagógicas Não Presenciais - APNPs.

Qual era o objetivo da instituição? O CA como um todo pareceu criar forças de onde não tinha. Uma massa trabalhadora unida em prol de um objetivo único: manter o vínculo do estudante com a escola, de maneira a promover o acesso de todos e reconhecer suas necessidades de inclusão.

Em maio de 2020 inúmeras comissões foram estruturadas para pensar as particularidades de cada segmento, das necessidades desde a criança ainda não alfabetizada até o adolescente prestes a se formar. Capacitações foram promovidas, numa corrida contra o tempo, para manejar ambientes de aprendizagem, saber usar plataformas, discutir planos de ensino e flexibilizar o conteúdo, pois o tempo de exposição às telas, os recursos tecnológicos e sociais implicavam barreiras na arte de ensinar e aprender.

Pesquisas foram desenvolvidas para entender o perfil de acesso às tecnologias digitais, os estudantes que ficariam excluídos do processo de aprendizagem e que teriam o direito à educação suprimidos de sua vida em decorrência de sua condição social. A crise sócio sanitária passou a promover um agravamento das expressões da questão social, diante de uma crise econômica global e do desmonte das políticas e serviços públicos.

Reuniões, documentos, articulações políticas para solicitar condições de implementar as APNPs foram exaustivamente estabelecidas. Como eixos norteadores do trabalho a ser desenvolvido e baseado nas legislações em curso na área da educação e nas recomendações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) sobre o direito à educação de crianças e adolescentes durante a pandemia do COVID-19, foram propostos:

1. Que o momento vivido era de excepcionalidade e que as APNPs eram uma forma de a criança e o adolescente manterem o vínculo com a escola, evitando o risco de evasão escolar, retrocessos na aprendizagem, de promoção da sociabilidade e interação social em um período de isolamento;
2. A carga-horária pensada levou em consideração à exposição ao ambiente virtual, as limitações de tempo de tela, o desenvolvimento e a saúde infantojuvenil. Portanto, procurou possibilitar uma flexibilidade nos segmentos atendidos, pois considerou as particularidades da infância e da adolescência e as questões socioemocionais, a partir da compreensão de que a escola, naquele momento, não poderia gerar mais ansiedade e exposição dos estudantes e seus familiares;
3. Partiu-se do pressuposto de que as famílias possuíam realidades sociais distintas, e que suas condições de vida (econômica, infraestrutura domiciliar, rede de apoio) impactavam diretamente no acesso e na qualidade da educação. Estas questões, quando não pensadas em âmbito coletivo, acabariam por acirrar os processos de exclusão social e as desigualdades sociais entre os estudantes. Portanto, o diálogo com as famílias e estudantes, para a compreensão de suas realidades e necessidades de acesso tornou-se base imperativa para o trabalho a ser executado, de tal maneira que o formato ofertado pudesse alcançar todos os estudantes;
4. As particularidades familiares necessitaram ser consideradas neste contexto pandêmico para que não se amplificasse a exclusão no processo educacional, de tal modo que se evitasse a sobrecarga familiar. Muitas famílias já estavam vivenciando impactos da pandemia e o constante diálogo entre família e escola era essencial para humanizar as relações estabelecidas, fortalecer sujeitos e garantir o direito à educação.

Após estruturado e planejado o trabalho, em julho de 2020 iniciam-se as reuniões com famílias, acolhimento com os estudantes e as APNPs. Apenas uma etapa teria sido cumprida, pois as famílias já sentiam na pele as dificuldades provenientes deste momento atípico na história da humanidade, e muitos desafios ainda iriam surgir. Foi neste cenário que o Serviço Social foi chamado a atuar de forma intensa e passou a elaborar estratégias de intervenção e programas que atendessem a esses pressupostos.

Cabe destacar que:

Educação e Serviço Social são áreas afins, cada qual com sua especificidade, que se complementam na busca por objetivos comuns e projetos político-pedagógicos pautados sob a lógica da igualdade e da comunicação entre escola, família, comunidade e sociedade. (SOUZA, 2005, p.39)

Foi pautado em atender o estudante em sua integralidade (sua família, sua relação com a comunidade escolar, as interfaces com as demais políticas públicas, suas necessidades humanas) que o Serviço Social adotou estratégias de intervenção e gestão de programas que dirimissem as dificuldades e impactos daquele momento.

E quem não tem acesso?

Após levantamento minucioso realizado com a comunidade escolar por meio de coleta de dados ficou claro a importância da promoção da inclusão digital para garantir que os estudantes pudessem participar das APNPs. Muitas famílias não tinham acesso aos meios digitais necessários, como computadores, tablets, celulares, conexão

com à internet, ou ainda, conexão limitada, que prejudicava o acesso e permanência nas aulas.

Assim, o Setor de Serviço Social em consonância com a Direção Geral instituiu o Programa de Apoio Emergencial de Acesso a Equipamentos de Informática – Computadores, por meio de Editais específicos, com a distribuição de kits de equipamentos de informática; e o Programa de Apoio Emergencial de Acesso à Rede Mundial de Computadores (internet) – Auxílio Internet.

- Programa de Apoio Emergencial de Acesso a Equipamentos de Informática – Computadores

O Programa de Apoio Emergencial de Acesso a Equipamentos de Informática, ainda em vigor em 2022, tem como objetivo o empréstimo de equipamentos de informática da universidade para os estudantes que autodeclararem, no ato da inscrição, não possuírem em suas residências e que dependem do empréstimo para a realização das APNPs ou atividades remotas. É um programa de caráter emergencial, que foi criado durante a suspensão das aulas presenciais, oriundo das medidas de prevenção à pandemia da doença COVID - 19, visando a promoção das condições de permanência e do vínculo escolar.

Como critérios, os responsáveis legais deveriam fazer uma inscrição online, os estudantes deveriam estar regularmente matriculados no Colégio de Aplicação e declararem não possuir equipamento de informática, como notebook ou computador de mesa, para desempenharem atividades pedagógicas não presenciais. Aos que não conseguiam realizar a inscrição online, o Serviço Social, em parceria com a Orientação Educacional, realizou as inscrições.

À/Ao estudante contemplada/o foi concedido o empréstimo, através de um termo de responsabilidade assinado pelo responsável legal, composto por um kit contendo um monitor, teclado, mouse, CPU

e cabos, todos com número de patrimônio da universidade. As entregas ocorreram no Laboratório de Informática da UFSC e no próprio CA, todas amplamente divulgadas e respeitando os protocolos sanitários de contenção da doença.

De 03 de agosto de 2020 até 06 de março de 2022 foram entregues 175 computadores, sendo 77 para os anos iniciais, 61 dos anos finais e 37 do ensino médio. Há que se destacar, que no Ensino Médio, muitos estudantes acabaram utilizando o celular como mecanismo de estudo e interação nas APNPs. As crianças, por serem menores, e muitas por estarem em processo de alfabetização, o computador acabou sendo um recurso mais adequado.

Ocorreram, 41 desistências justificadas, ou porque a família conseguiu adquirir, ou ainda, ganhar os equipamentos. O setor teve que gerenciar o programa, bem como, o contato com as famílias, as reais necessidades, o acesso nas atividades síncronas ao longo do ano, auxiliando em todo o processo de inclusão digital, seja na montagem/instalação do equipamento, seja na manutenção e ou devolução dos mesmos, como nos casos dos estudantes formandos do Ensino Médio.

- Programa de Apoio Emergencial de Acesso à Rede Mundial de Computadores (internet)

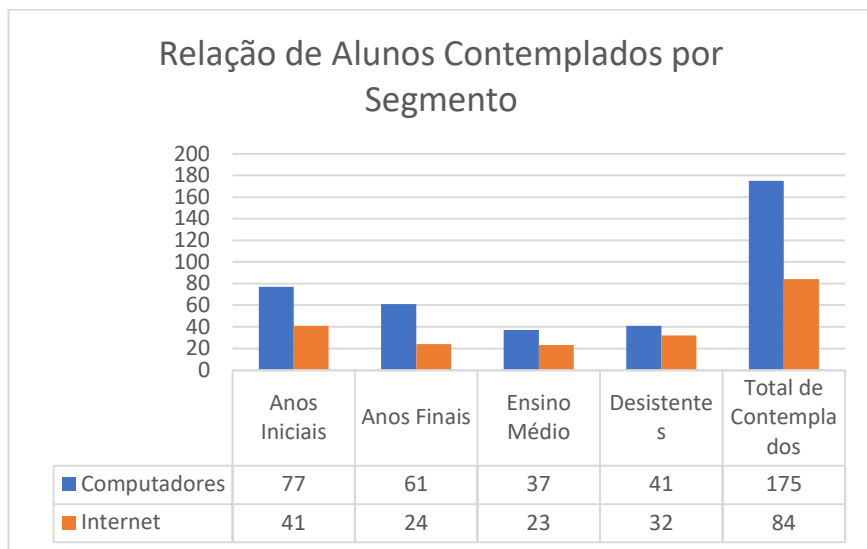
O Programa de Apoio Emergencial de Acesso à Rede Mundial de Computadores (internet), ainda em vigor em 2022, tem como objetivo auxiliar, através da concessão do auxílio de cem reais mensais, para despesas com a aquisição ou melhorias de pacotes de dados para conexão à internet, para serem usadas exclusivamente para atividades acadêmicas. É destinado aos estudantes regularmente matriculados, que declararem não possuir acesso à internet ou que possuam baixa qualidade de acesso para as APNPs ou atividades remotas após retorno

à modalidade presencial, decorrentes das medidas de prevenção à pandemia da doença COVID - 19, fazendo parte do pacote de medidas de acesso à educação.

O Programa foi regulamentado em editais específicos. Ao todo foram inscritos 116 estudantes para receber o auxílio à internet, porém 32 alunos desistiram, ou porque já haviam conseguido ter acesso à internet, ou porque não conseguiram abrir conta em banco, ou ainda, por já terem irmãos recebendo o benefício. Do total de 84 beneficiários, 41 são dos Anos Iniciais, 24 dos Anos Finais e 23 do Ensino Médio.

O gráfico abaixo demonstra a relação de alunos contemplados por segmento, em ambos os programas, evidenciando que conforme menor a criança maior a necessidade de auxílio dos programas ofertados.

Gráfico 1: Relação de Alunos Contemplados por Segmento



Cabe destacar que em nenhum dos programas houve critério de renda como recorte, como foi adotado na graduação e pós-graduação, pois o recurso financeiro foi da Matriz Condicap⁵, o que possibilitou a autonomia do colégio para viabilizar o direito a quem necessitar. No entanto, há o acompanhamento processual da frequência, para verificar se a questão da inclusão digital foi contemplada, ou se existem outros determinantes que inviabilizavam a participação do estudante.

Necessidades humanas em questão

Conforme os acolhimentos com as famílias iam acontecendo, para compreender suas necessidades sociais, o setor passou a perceber a necessidade de construção de uma “Proposta de Ação de Segurança Alimentar Durante a Suspensão das Aulas em Decorrência do COVID-19”. Foi sugerido à Direção que fosse realizada uma ação de distribuição de gêneros alimentícios comprados com recurso do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE pelo CA, embalados em kits e entregue às famílias dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, alunos ou famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CAÚNICO e para aqueles que se encontrassem em situação de vulnerabilidade social que viessem a solicitar alimentos enquanto durasse o período de suspensão das aulas por motivo do Coronavírus.

No entanto, os recursos destinados a esta matéria seriam insuficientes, assim como a rede de serviços dos municípios, que ao longo dos últimos dois anos não têm conseguido suprir as demandas sociais advindas da intensificação da pobreza da população. Foi então que o Serviço Social e a Associação de Pais e Professores iniciaram uma

⁵ Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das Instituições Federais de Ensino Superior.

frente de arrecadação de alimentos não perecíveis ou recursos para a compra dos mesmos, para serem ofertados às famílias dos estudantes em extrema vulnerabilidade socioeconômica. Tal decisão se postulou na concepção de que “o acesso à alimentação é um direito humano em si mesmo, na medida em que a alimentação se constitui no próprio direito à vida. Negar este direito é antes de mais nada negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida”. (CASTRO, 2008, p.172, apud MACHADO, 2021, p.145)

Esta ação, ainda que não contemplasse as necessidades humanas integrais das famílias (acesso aos recursos necessários para obter um nível de vida decente), têm permitido oferecer o básico para suas subsistências, propiciando melhorias nas condições de vida, de saúde e até de aprendizagem das crianças.

Enquanto o mínimo pressupõe supressão e cortes do atendimento, tal como propõe a ideologia liberal, o básico requer investimentos sociais de qualidade para preparar o terreno a partir do qual maiores atendimentos podem ser prestados e otimizados. Em outros termos, enquanto o mínimo nega o ‘ótimo’ de atendimento, o básico é a mola mestra que impulsiona a satisfação básica de necessidades em direção ao ótimo. (PEREIRA, 2011, p.26)

Desde o início da campanha promovida pela APP já foram entregues mais de oitocentas cestas básicas, além da doação de auxílio financeiro para compra de gás ou medicamentos. As assistentes sociais mantêm contato frequente com as famílias e diversas orientações sociais são repassadas durante os contatos e entregas, para que as famílias tenham recursos necessários para acessar direitos e ter uma vida decente. Inclusive cerca de 16,37% das famílias do CA foram

contempladas com o Auxílio Emergencial do Governo Federal, que em 2020 atendeu um terço da população brasileira, ou seja, 67,9 milhões de brasileiros.

O governo destinou R\$ 294 bilhões de reais para socorrer a população mais necessitada, o que ainda foi insuficiente para atender as necessidades humanas básicas, como a alimentação. Para o ano de 2021 não foi permitido novos beneficiários, conforme Medida Provisória 1039. Somente 45,6 milhões puderam receber em 2021, os pagamentos foram limitados e os valores reduzidos a R\$250. Ou seja, apesar do crescente cenário de desemprego, miséria, desmonte do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o que se vê é um Estado cada vez mais mínimo e alheio aos anseios e necessidades da classe que vive do trabalho.

Também se torna importante destacar que neste momento, no Brasil, a presença da Fome e da Miséria, situação que existe em nosso país há muito tempo, torna o quadro atual desta pandemia muito mais devastador. Estimativas do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional apontam que no Brasil pós-pandemia de Covid-19, poderemos chegar a 35 milhões de pessoas cruzando a linha da pobreza, mesmo tendo assegurado e garantido seus empregos, suas produções e ocupações laborais. (MACHADO, 2021, p.147)

As estimativas e números ao longo dos últimos dois anos assustam. Em 06 de março de 2022, o Brasil já registrou 29 milhões de

casos notificados de COVID-19 e passou a marca de 651 mil mortes⁶. Apesar de 26,9 milhões terem se recuperado, muitos ficaram com sequelas, problemas neurológicos de diversas ordens, que impactaram diretamente no quadro de saúde⁷ familiar.

Isto em um contexto político de ataque direto ao Sistema Único de Saúde, de ameaça de privatização do SUS, de oferta precária de insumos, de demora na distribuição vacinal para combater a doença, que inviabilizam e prolongam o tempo de “anormalidade” a que todos estão submetidos. Com as novas variantes do vírus, pessoas estão sendo reinfectadas e há uma variedade maior de grupos sendo atingidos.

Esse impacto sanitário acirra o impacto econômico, que já vinha sendo executado com as contrarreformas em marchas do Estado neoconservador de Michel Temer e Jair Bolsonaro, como a Emenda Constitucional 95, que congelou o teto de gastos da União, impactando diretamente nos investimentos em educação, saúde e assistência social, o desmonte do INSS, a reforma trabalhista, que “legaliza” a precarização do trabalho e com uma rede de proteção social sem estrutura e recursos para ofertar à população usuária.

Nesse contexto a taxa de desemprego é crescente, além do aumento de trabalhadores informais e autônomos.

A taxa de desemprego no Brasil ficou em 14,2% de novembro de 2020 a janeiro deste ano e atingiu 14,3 milhões de pessoas, informou o IBGE

⁶ Conforme dados coletados em <<https://covid.saude.gov.br/>>em 06/03/2022.

⁷ Saúde aqui compreendida não apenas como ausência de doenças, mas sim de forma integral, que considere as condições biopsicossociais dos sujeitos, “um estado de bem-estar físico, mental e social”, conforme preconiza a Organização Mundial de Saúde.

(Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (...) Os dados são da Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). O número de empregados sem carteira assinada no setor privado subiu 3,6% em relação ao trimestre anterior, o que representa um aumento de 339 mil pessoas, informou o IBGE. Os trabalhadores por conta própria sem CNPJ aumentaram em 4,8%, totalizando 826 mil pessoas a mais. No caso dos desalentados, grupo de pessoas que não buscaram trabalho, mas que gostariam de conseguir uma vaga e estavam disponíveis para trabalhar, (...), eles foram estimados em 5,9 milhões de pessoas. (CNN BRASIL, Acesso em 12/04/21)

Esse quadro tem modificado o perfil da comunidade escolar. As opções de emprego vão ficando limitadas, cargas horárias são ampliadas, a renda mensal familiar diminui na proporção que a inflação aumenta e a condição de vida em uma região metropolitana vai ficando mais difícil, como na Grande Florianópolis. O impacto financeiro acaba sendo apenas parte dos impactos sentidos pelas famílias.

Segundo dados do Estudo Socioeconômico desenvolvido pelo Setor de Serviço Social do CA no ano de 2021, com relação a situação de emprego da figura materna dos estudantes regularmente matriculados, 47,49% possuíam vínculos de trabalho formal; 45,16% estavam sem vínculo de trabalho formal ou desempregadas; 5,24% recebiam recursos do governo; e 1,59% outros recursos. Ou seja, “o percentual de trabalho informal e de desemprego quase que superam o percentual de mulheres com vínculo formal de trabalho”.

Com relação a situação de emprego da figura paterna dos estudantes regularmente matriculados, 47,64% possuíam vínculos formais de trabalho; 39,16% estavam sem vínculo de trabalho formal ou desempregados; 5,53% recebiam recursos do governo e 7,44%

outros recursos ou situações. Das famílias que participaram do estudo, em 14 delas ambos os genitores estavam desempregados.

No que concerne a renda, o estudo socioeconômico apontou ainda que 37,58% das famílias recebiam acima de 3 salários mínimos e 62,11% que sobreviviam com até 3,3 mil reais mensais. O percentual de famílias que recebiam até 1 salário mínimo chegou a 14,02%.

Portanto, o cenário de extrema vulnerabilidade socioeconômica demandou ações pontuais de assistência alimentar, pois estudantes que não se alimentam não conseguem aprender e qualquer outra ação de inclusão perde seu sentido. No entanto as ações possuíam uma dimensão pedagógica, de orientação de direitos, de análise crítica de conjuntura, diretamente vinculadas aos processos político-culturais, objetivando alcançar uma pedagogia emancipatória, de politização das relações sociais e de intervenção crítica e consciente da sociedade, na perspectiva de uma nova superior cultura. (ABREU, 2004)

Rede de proteção social fragilizada

A escola possui uma função social de rede de apoio às famílias. Quando a criança está frequentando as aulas presencialmente, os pais podem se organizar, para que, naquele período, possam trabalhar ou realizar suas atividades. Com a pandemia e o isolamento social, de forma repentina, as famílias tiveram que se reorganizar. Os filhos passaram a ficar dentro de casa na maior parte do tempo e demandaram um tipo de olhar e supervisão diferenciados.

Os responsáveis, além de terem seus regimes e locais de trabalho alterados (ampliação ou redução da carga horária, flexibilização, trabalho home office, mudança de local de trabalho, exposição ao vírus), tiveram que se dedicar integralmente aos cuidados domésticos e familiares, incluindo a mediação necessária no processo educacional, a pressão do isolamento social, o medo do adoecimento

“rondando” as casas, o gerenciamento das notícias nos telejornais, as perdas e lutos⁸.

A pandemia da Covid-19 chega ao Brasil em um momento em que as escolhas políticas realizadas por nossos governantes acentuaram a desigualdade econômica, a precariedade do trabalho e o enfraquecimento de serviços públicos de assistência, o que por sua vez colocou uma parte significativa da população em situação de vulnerabilidade à doença e incapacidade de lidar com as suas consequências. Vivemos em nosso país uma história feita de ações e omissões, que reduziram a capacidade do nosso sistema de saúde de vigiar, conter e mitigar epidemias. (MACHADO, 2021, p.146)

A rede de apoio e solidariedade em que as famílias contavam foi totalmente reestruturada. Avós que cuidavam dos netos precisaram ser isolados, mudanças de domicílio em virtude de adoecimentos, contratos de aluguéis encerrados, desempregos, as redes de solidariedade precisaram ser rompidas, reavaliadas, reestruturadas, conforme as particularidades e possibilidades de cada família, o que modificou a configuração da organização do ambiente e das relações familiares.

A estrutura do domicílio familiar também foi determinante. Dependendo do local e da infraestrutura, seguir as orientações sanitárias também era um desafio: saneamento básico, água encanada, acesso à internet e equipamentos, álcool gel em abundância para

⁸ Dados obtidos por meio de atendimentos do Serviço Social.

higienizar tudo. Quando não se tem dinheiro nem para a alimentação, essas questões tendem a ficar em segundo plano.

Cômodos pequenos, pessoas coabitando juntas por longos períodos de tempo, privadas de lazer, cultura, pressionadas pela sobrecarga de trabalho, impactaram também nos casamentos, levando a um número crescente de divórcios. Segundo matéria publicada em 12 de setembro de 2020 pela revista Época *“os divórcios consensuais em cartórios aumentaram 54% entre maio e julho deste ano. Em números absolutos, as separações saltaram de 4.641 para 7.213, segundo levantamento do Colégio Notarial do Brasil (CNB/CF)”*. A matéria ainda complementa acerca dos motivos apresentados:

Os casais têm relatado que as incompatibilidades ficaram mais evidentes nesse período de isolamento social, em relação a estresse cotidiano, divisão de tarefas, ajuda para cuidar dos filhos. Mesmo juntas em suas casas, algumas pessoas disseram se sentir mais sozinhas inclusive", disse Monteiro. "Pessoas que levariam o casamento por mais tempo, com a pandemia decidiram tomar uma atitude e sentiram uma necessidade de resolução.

Estes processos de divórcio afetam diretamente no acompanhamento pedagógico da criança e também no emocional dos sujeitos envolvidos. Casos de alienação parental, violência doméstica, violências em geral (física, psicológica, sexual, negligência) contra crianças e adolescentes são mais difíceis de reconhecer na modalidade virtual, pois a escola invade o ambiente privado, e qualquer mediação com o estudante poderia ser monitorada pelo próprio agressor.

A escola têm sido a porta de entrada de muitas demandas, e exerce um papel de identificação, acolhimento, encaminhamento e

proteção de situações de violência. Com as APNPs as crianças e adolescentes não possuíam mais um espaço concreto para revelação da violência sofrida. Estar longe da escola pode ter significado muito mais do que o simples fato de não aprender, pode ter representado risco iminente de violação de direitos.

Isto porque o isolamento social proposto para garantir a proteção revela uma contradição insurgente em muitos lares brasileiros: o cenário propício para a violência doméstica e infantojuvenil. Platt, Guedert e Coelho (2021) explicam que *“a violência intrafamiliar é difícil de ser desvendada, por ocorrer na esfera privada, no ambiente doméstico, dentro das residências e ser resguardada pela lei do silêncio, pelo medo e pela impunidade de seus agentes”*.

Dados de organizações sociais e instituições não governamentais divulgados na mídia relatam aumento de violência contra crianças e adolescentes na pandemia, como o aumento em 7,4% no Distrito Federal, 8,5% no Paraná, 73% no Rio Grande do Sul e 32% em Pernambuco. A SaferNet, associação civil de direito privado, com atuação nacional, focada na promoção e defesa dos direitos humanos na internet no Brasil, em parceria com o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, registrou aumento de 108% nas denúncias de pornografia infantil durante a pandemia no país; só em abril de 2020 foram 9.995 denúncias. (PLATT, GUEDERT, COELHO, 2021)

A rede de proteção e defesa também teve que funcionar de forma distinta apesar de serem consideradas serviços essenciais e não poderem deixar de funcionar no período de calamidade pública.

Outro fator a ser ponderado é que o familiar, ao ter que mediar o processo de educação e aprendizagem, precisava dispendir de um tempo, que muitas vezes não possuía. Existiram casos, de famílias monoparentais em que o responsável (pai ou mãe), precisava trabalhar o dia todo e não conseguia orientar as atividades síncronas. Sem nenhum parente ou amigo próximo, a única opção era a o auxílio na realização das atividades assíncronas, ou nas atividades impressas (que foi uma alternativa para algumas situações) no tempo que conseguia (noite ou nos finais de semana). Em outros casos, pais que mandavam seus filhos para casa de parentes (como avós) para cuidarem durante a semana e acompanharem nas atividades, e só os viam aos finais de semana, pois não residiam no mesmo Município, privando a criança da convivência com seus genitores. Ou ainda, familiares sobrecarregados com o trabalho home office, as aulas síncronas dos filhos, as atividades assíncronas, os cuidados com a casa, não dando conta de abarcar todas as multifuncionalidades que esse tempo de excepcionalidade os exigia. Os exemplos são muitos e evidenciam as dificuldades encontradas para dar conta das atividades que antes aconteciam na escola, por profissionais especializados, e que durante as APNPS foram esperadas por todos.

Nos Anos Iniciais, por exemplo, em pesquisa realizada pelo Grupo de Trabalho que pensou nas APNPs no Colégio de Aplicação, foi identificado que:

Nos anos iniciais, 41,81% das famílias sinalizaram que conseguem acompanhar “em algumas atividades”, ou seja, “parcialmente”, este é um dado a ser considerado, levando-se em consideração o papel de mediador que o

responsável pela criança deverá exercer, principalmente nos primeiros anos de alfabetização, em que usar ferramentas e recursos digitais requer supervisão direta. (GT Anos Iniciais, 2020)

Esse “não acompanhamento” não tem sido interpretado pela escola como negligência, abandono ou desinteresse das famílias. Durante o período de APNPs a escola atendeu as particularidades, compreendeu as dinâmicas, flexibilizou caso a caso, de maneira a não punir a criança por algo que ela não poderia assumir sozinha, tão pouco responsabilizar exclusivamente às famílias, quando se sabe que o Estado também possui sua função e que a rede de serviços e de proteção também estava fragilizada. O Serviço Social assumiu papel de mediação direta com as famílias, e, por muitas vezes, ajudou a pensar em estratégias e alternativas pedagógicas para cada situação.

Não causar mais estresse e ansiedade às famílias foi uma forma de garantir a proteção de seus membros. Já eram tantos fatores desencadeantes de tensionamento familiar, como a privação de convivência comunitária e social, não conseguir ser atendido pela rede de saúde em caso de necessidade, incertezas quanto ao futuro e as expectativas quanto a um retorno de vida mais “leve”. Platt, Guedert e Coelho (2021) explicam que *“essa tensão experienciada e expressada pelos pais reflete-se nas crianças e nos adolescentes, que passam a adotar o mesmo comportamento: tensão, desmotivação e agressividade”*.

Portanto, o Serviço Social do CA avalia que existe a necessidade de se colocar como pauta de discussão a saúde mental das crianças e adolescentes, promover o acolhimento e uma transição gradual e respeitosa para o presencial. Pensar em planos de retorno que reconheçam o tempo em que ficaram confinadas, submetidas à diversas adversidades, muitas vezes traumáticas e violentas, o tempo

que ficaram excessivamente diante de telas sem interagir socialmente e como os impactos familiares afetaram seus desenvolvimentos.

Crianças e adolescentes são seres em crescimento que necessitam de prioridade absoluta (Conforme preconiza o ECA), e é com base neste respaldo legal que o Serviço Social tem ofertado auxílio e apoio constante às famílias para que consigam atender as necessidades pedagógicas das crianças, em um trabalho em rede, que garanta o direito das crianças à educação e ao seu pleno desenvolvimento.

Neste sentido, são impactos sentidos pelas famílias no contexto de crise sanitária promovido pelo novo Coronavírus, identificados a partir dos atendimentos/acolhimentos do Serviço Social e pelo Estudo Socioeconômico de 2021:

- **Impactos emocionais:** originários de um novo reordenamento de vida, provocado pelo isolamento social, pela ameaça constante de um possível adoecimento, pela privação de contato social, por perdas e lutos, pela incerteza do futuro;

- **Impactos econômicos e sociais:** impactos na renda familiar, aumento do desemprego, do trabalho informal, da rede de proteção (o espaço escolar), dos serviços de saúde (em colapso), da rede socioassistencial, de políticas públicas que atendam aos interesses da população;

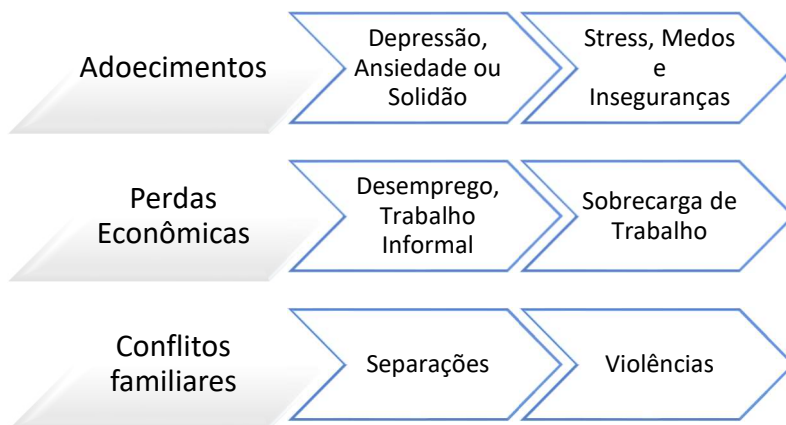
- **Risco de violências:** contra crianças e adolescentes potencializados em detrimento do isolamento social, da falta do espaço para brincar, para socializar, interagir; do acúmulo de funções de pais e responsáveis pelos cuidados com a casa, filhos, educação dos filhos (que passou a ser mediada no âmbito da vida privada), trabalho home office (mesmo sem estrutura ou apoio adequado para sua realização);

O Estudo Socioeconômico desenvolvido pelo Serviço Social do CA em 2021 destaca ainda como principais impactos:

21,05% relataram que houve situação de desemprego; 48,09% que houve redução da renda

familiar; 11,54% alegaram problemas de saúde; 9,21% sinalizaram lutos e perdas na família; 31,28% problemas emocionais/psicológicos; 0,73% aumento da demanda laboral; 0,14% outros e, 24,26% nenhuma das alternativas. (SERVIÇO SOCIAL CA, 2021, p.44)

Quadro 1. Principais Impactos Identificados nas Intervenções:



Portanto, existe a necessidade de elaborar mediações, respostas que de fato atendam as demandas da classe trabalhadora, em um contexto pandêmico. Olhar para os sujeitos que compõem a escola e perceber que as relações sociais, as histórias de vida, trajetórias, o contexto político que estão inseridos, modificam suas realidades, ora possibilitando o direito à educação, ora fragilizando e promovendo a evasão escolar.

É crucial a articulação com o sistema de garantia de direitos, de maneira que se possa estimular a promoção, a defesa e o controle na efetivação integral das necessidades biopsicossociais das crianças.

Atuação do Serviço Social na crise sanitária

A ação profissional do Serviço Social é dotada por um caráter educativo, possui uma “função pedagógica” permeada pelo vínculo que as assistentes sociais estabelecem com as classes sociais. Ao orientar e acompanhar as famílias postula-se *“ações de natureza socioeducativa que, como os próprios nomes indicam, interferem diretamente na vida dos indivíduos, dos grupos e das famílias”*. (MIOTO, 2009, p.499)

Portanto, pactua com uma perspectiva de autonomia dos indivíduos no processo de materialização de direitos sociais e consolidação da cidadania, em consonância com uma pedagogia emancipatória.

Neste sentido, para além de ações socioassistenciais e de planejamento e gestão, o Serviço Social investiu arduamente em ações socioeducativas, de maneira a socializar informações importantes e gerar processos reflexivos, levando à população escolar informações de relevância sobre o contexto vivido.

Em abril de 2020 colocou no ar o site do Serviço Social⁹ com informações sobre a rede socioassistencial dos Municípios da Grande Florianópolis, medidas de proteção ofertadas à população, orientações sobre programas e projetos desenvolvidos, tutoriais sobre Auxílio Emergencial do Governo Federal, CadÚnico, materiais sobre saúde mental (para apoio e suporte no momento de isolamento social), publicização de materiais sobre segurança na Web para os diversos públicos, sobre direitos e deveres de crianças e adolescentes, sobre bullying, cyberbullying e valorização da diferença, bem como articulação para a promoção de diversas lives para a comunidade escolar.

⁹ Endereço da página do Serviço Social:
<<https://servicosocialca.paginas.ufsc.br/>>

A socialização das informações está pautada no compromisso da garantia do direito à informação, como direito fundamental da cidadania. (...) A socialização das informações, de acordo com Silva (2000, p.124), é um componente fundamental para viabilização de direitos, pois se apresenta como uma ação de fortalecimento do usuário para acessar esses direitos e para mudar a sua realidade. (...) Inclui-se o direito dos usuários de usufruírem de todo conhecimento socialmente produzido, especialmente daqueles gerados no campo da ciência e da tecnologia, necessário para a melhoria das condições e qualidade de vida ou para que os usuários possam acessar determinados bens ou serviços em situações específicas. (MIOTO, 2009, p.502-503)

O setor esteve à frente também na entrega dos equipamentos de informática e cestas básicas, de maneira a aproveitar estes momentos para intervir com qualidade junto aos usuários e despertar o processo reflexivo, característico das ações socioeducativas, e também numa construção de politização de demandas.

O processo reflexivo, característico das ações socioeducativas, se desenvolve no percurso que o assistente social faz com os usuários para buscar respostas para suas necessidades, imediatas ou não. (...) Ele tem como objetivo a formação da consciência crítica. Esse objetivo somente se realiza à medida que são criadas as condições para que os usuários elaborem, de forma consciente e crítica sua própria concepção de

mundo. Ou seja, que se façam sujeitos do processo de construção de sua história, da história dos serviços e das instituições e da história da sua sociedade. (MIOTO, 2009, p. 503)

Neste período também foram construídas páginas no Moodle, com materiais informativos sobre temas relevantes, que seriam tratados entre a assistente social de referência e os estudantes. Ou seja, foi adaptado uma forma de acesso entre os estudantes e o setor, pois os espaços que acontecem as ações socioeducativas são múltiplos, se constroem e reconstroem continuamente, e requerem ajustes e flexibilização diante de uma crise sanitária. Neste sentido, várias outras ações foram desenvolvidas, sempre procurando ecoar as demandas legítimas das famílias, de maneira a buscar a garantia da permanência escolar e contribuir para a construção de práticas pedagógicas inclusivas.

No entanto a ausência de uma Política de Permanência Estudantil na Educação Básica fez falta neste período e certamente também o fará num futuro pós pandêmico. Não é possível quantificar quantas famílias que não puderam ser beneficiadas com os programas ofertados (que tinham recortes específicos), mas que de alguma maneira também precisavam de algum auxílio, ficaram de fora. Os impactos vivenciados pelas famílias são múltiplos, acumulativos e sentidos e experienciados de formas distintas. A estruturação de uma política de permanência poderia dirimir ainda mais estes impactos e contribuir para que os estudantes atravessassem este período de uma maneira menos difícil.

Fica como aprendizado que quando se trata de direito não é preciso deixar a crise se instaurar para pensar em estratégias. Uma educação inclusiva pensa nas realidades socioculturais e econômicas de seus membros e promove estratégias de permanência legítimas. Que o

Colégio de Aplicação possa avançar nesta discussão e que o poder público assuma sua responsabilidade.

Considerações Finais

O ano de 2020 iniciou um desafio global que não se encerrará em pouco tempo. Os impactos econômicos, sociais, educacionais, humanos são gigantes. O CA adentrou 2021 na modalidade remota, retornou de forma semipresencial em outubro do mesmo ano, e somente em 10 de fevereiro de 2022 é que as aulas presenciais retornaram com cem por cento dos estudantes.

Os estudantes voltaram a ocupar as salas vazias, a escola passou a ter vozes ecoando novamente, mas os silêncios, angústias e consequências do período pandêmico existem internalizados em toda a comunidade escolar. Muitos desafios estão postos dentro da instituição que inicia uma nova fase: receber os estudantes ainda num cenário de pandemia, cuidar da segurança e saúde de todos, recuperar diversos conteúdos, reconhecendo as demandas e peculiaridades destes sujeitos.

A comunidade escolar terá que se fortalecer ética e politicamente para o enfrentamento e desdobramentos dessas vicissitudes. O que foi feito até agora certamente foi o possível a ser realizado até então e requer constante avaliação, diálogo com as famílias, ajustes e resistências. É preciso que as condições de permanência sejam institucionalizadas e regulamentadas na educação básica e não sejam apenas estratégias utilizadas em períodos de excepcionalidade.

No entanto o cenário não tem sido o mais favorável: não se pode esquecer o ataque sofrido pelas universidades, o corte de orçamento na educação básica, a lógica neoliberal de ajuste fiscal, estado mínimo, privatizações que assolam o Brasil. O contexto político

é desfavorável, o quadro sanitário ainda crítico, o cenário de políticas públicas escasso. Como instituição de construção de saber, a equipe de profissionais deverá acreditar no sentido fundamental da educação, da pedagogia emancipatória, transformadora, crítica e reflexiva, que alcance todos os sujeitos e classes sociais, e que ecoe as demandas coletivas que chegam em sua cotidianidade.

Que cada setor, cada profissional integrante do Colégio de Aplicação possa continuar a acreditar em seu trabalho, possa ajudar a dirimir os impactos sentidos por todos, mesmo em tempos incertos, onde o futuro é tão difícil de planejar, mas “*esperançando*” nas possibilidades que se tem: na escola cheia, nas portas abertas e acolhedoras, onde certamente todos estarão transformados. É preciso ter como pressuposto que não é porque os estudantes e suas famílias sobreviveram a uma pandemia que passaram ilesos por ela.

Por fim reconhecer, com o auxílio deste estudo, que as ações desenvolvidas foram determinantes para evitar a evasão escolar de centenas de alunos, para promover a permanência de forma equitativa e para diminuir os impactos sofridos por todos a partir de uma crise sanitária mundial que deixou a sua marca em nossa história, apesar dos inúmeros desafios que ainda temos pela frente e que não devem ser negligenciados.

Referências

ABREU, Marina Maciel. **A dimensão pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira.** Revista Serviço Social e Sociedade, SP: Cortez, anoXXV/Especial, n.79, 2004.

BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Disponível em:

<https://servicosocialca.paginas.ufsc.br/files/2020/02/ECA2019digital.pdf> Acesso em 09/04/2021.

BRASIL. Lei 13.982, de 02 de abril de 2020. **Lei de Auxílio Emergencial**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/l13982.htm Acesso em 09/04/2021.

BRASIL. **Medida Provisória 1039, de 18 de março de 2021**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2021/Mpv/mpv1039.htm. Acesso em 12/04/21.

BRASIL. **Emenda Constitucional 95, de 15 de dezembro de 2016**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em 12/04/21.

BRASIL. **Lei n. 14.020, de 06 de julho de 2020**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/Lei/L14020.htm Acesso em 12/04/21.

COLETÂNEA DE LEIS E RESOLUÇÕES. **Assistente Social: Ética e direitos**. 4ª. ed. Rio de Janeiro: CRESS 7ª Região, 2004.

CONANDA. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **RECOMENDAÇÕES DO CONANDA PARA A PROTEÇÃO INTEGRAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19**. Disponível em: https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/legis/covid19/recomendacoes_conanda_covid19_25032020.pdf Acesso em: 08/04/2021.

CORONAVÍRUS, Brasil. **Painel Coronavírus – Dados Estatísticos Atualizados**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/> Acesso em 06/03/2022.

CNNBRASIL. **Desemprego no Brasil fica em 14,2% e atinge 14,3 milhões de pessoas, diz IBGE**. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/03/31/brasil-tem-desemprego-de-14-2-no-trimestre-ate-janeiro-diz-ibge>. Acesso em 12/04/21.

IBGE. **Projeção da População do Brasil e das Unidades da Federação.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index.html> Acesso em 12/04/21.

ÉPOCA Brasil. **DIVÓRCIOS CRESCEM 54% NO BRASIL APÓS QUEDA ABRUPTA NO INÍCIO DA PANDEMIA.** Disponível em: <https://epoca.globo.com/brasil/divorcios-crescem-54-no-brasil-apos-queda-abrupta-no-inicio-da-pandemia-24635513>. Acesso em 13/04/21.

Grupo de Trabalho Anos Iniciais. Portaria 33/CA/2020. **Diagnóstico Tecnológico Para a Implantação das Atividades Pedagógicas Não Presenciais.** 2020.

MACHADO, Neila Maria Viçosa. **Pandemia, fome e miséria:** uma relação destruidora. In: *Pandemia, Políticas Públicas e Sociedade.* 1 ed. Florianópolis: Emais, 2021. Pg. 145 a 157. Disponível em: https://suassccovid19.files.wordpress.com/2021/03/pandemiapolitica_publicasesociedade_ebook_completo.pdf Acesso em 14/04/2021.

MIOTO, Regina Célia. **Orientação e acompanhamento social a indivíduos, grupos e famílias.** In: *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais.* Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 760pg.

PEREIRA, Potyara A. P. **Necessidades Humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. 6. Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PLATT, Vanessa Borges; GUEDERT, Jucélia Maria; COELHO, Elza Berger Salema. **VIOLÊNCIA CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES: NOTIFICAÇÕES E ALERTA EM TEMPOS DE PANDEMIA.** In: *Rev. paul. pediatr.* vol.39. São Paulo, 2021, Epub Oct 28, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010305822021000100434&script=sci_arttext&tlng=pt Acesso em 14/04/2021.

SERVIÇO SOCIAL CA. **Análise dos Dados Socioeconômicos 2021.** Florianópolis, dezembro de 2021.

SOUZA, Iris de Lima. **Serviço Social e Educação: uma questão em debate.** Revista Interface, Natal, v.2, n.1, 2005.

NOTAS DE AUTORIA

Elaine Cristina da Silva é Mestre em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, Especialista em Serviço Social na Educação e em Direito Educacional pela Faculdade Única de Ipatinga. Atualmente é Assistente Social do Colégio de Aplicação da UFSC.

Contato: elaine.silva@ufsc.br

Como citar esse artigo de acordo com as normas da ABNT

SILVA, Elaine Cristina da. “Impactos sociais do contexto pandêmico nas famílias e a atuação do Serviço Social do Colégio de Aplicação – UFSC”. [Sobre Tudo](#), v. 13, n. 1, p. 54-84, 2022.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Os/as autores/as cedem à Revista **Sobre Tudo** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Colégio de Aplicação. Publicação na página da [Revista Sobre Tudo](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus/suas autores/as, não representando, necessariamente, a opinião dos/as editores/as ou da universidade.

Histórico

Recebido em: 15 abril 2021

Aprovado em: 12 set. 2021

Publicado em: 31 jul. 2022